**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DIRETOR DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA***(NOME DA CIDADE OU DO FÓRUM REGIONAL)*

**NOME**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no RG (inserir número) e CPF (inserir número), residente e domiciliado na Rua (inserir endereço completo), vem propor a presente ação em face de (nome da empresa), inscrita no CNPJ (inserir número) com sede na Rua (inserir endereço completo), pelos motivos abaixo:

*(relatar o fato de forma clara e sintética, exemplo):*

Adquiri uma TV LCD no dia xx/xx/xx, conforme se demonstra na nota fiscal em anexo, ocorre durante a garantia do produto a mesma apresentou um defeito e este não foi sanado no prazo de 30 dias conforme dispõe a lei. Muito pelo contrário, passados mais de 90 dias a TV ainda se encontra na assistência técnica e não há previsão de entrega.

*Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.*  
*§ 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:*  
*I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;*  
*II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;*  
*III - o abatimento proporcional do preço.*

Assim sendo, requer a PROCEDÊNCIA dos seguintes pedidos:

1. A citação do réu para comparecer à audiência de conciliação a ser designada e, caso não haja acordo, possa oferecer sua contestação, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados;
2. A inversão do ônus da prova na forma do art. 6º do CDC;
3. A restituição da quantia paga, monetariamente atualizada;
4. Requer, ainda, seja prestada assistência judiciária, nos termos do artigo 9o, I, da Lei nº 9.099/95.

Dá-se à causa o valor de R$ *(*inserir valor envolvido*) [Por exemplo: no caso de defeito do produto ou serviço, o preço do produto ou serviço; no caso de cobrança indevida, o valor a ser restituído; no caso de indenização, o valor pedido]*

Neste termos,  
pede deferimento.

*(Local e data)*

*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*  
*Assinatura*